

# **Demonstrações Financeiras**

**Termini S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# Termini S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Termini S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Termini S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termini S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future  
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future  
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Mitio Yuhara', is written over a faint, light blue circular stamp or watermark.

Maurício Mitio Yuhara  
Contador CRC SP-260523/O

## Termini S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.632	787
Títulos e valores mobiliários	6	-	22.812
Despesas antecipadas		1	1
Tributos a recuperar	7	98	1.415
Partes relacionadas	8	12.935	7.574
Total do ativo circulante		<u>20.666</u>	<u>32.589</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	8	130.192	90.926
Depósitos judiciais		31	31
Imobilizado		11	14
Intangível	9	2.984	3.731
Total do ativo não circulante		<u>133.218</u>	<u>94.702</u>
Total do ativo		<u>153.884</u>	<u>127.291</u>
Passivo			
Circulante			
Debentures	10	943	-
Fornecedores	11	2.581	4.588
Obrigações sociais e trabalhistas	12	55	55
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	3.089	2.642
Outras contas a pagar		357	-
Total do passivo circulante		<u>7.025</u>	<u>7.285</u>
Não circulante			
Debentures	10	216.059	183.031
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	4.646	5.140
Provisão para demandas judiciais	14	18	147
Total do passivo não circulante		<u>220.723</u>	<u>188.318</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	2.000	2.000
Reserva legal	15.b	400	400
Reserva de capital	15.c	500	500
Prejuízos acumulados		(76.764)	(71.212)
Patrimônio líquido (negativo)		<u>(73.864)</u>	<u>(68.312)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>153.884</u>	<u>127.291</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Termini S.A.

Demonstração do resultado  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita líquida	16	<b>29.805</b>	21.577
Custo dos serviços prestados	17	<b>(442)</b>	(756)
Lucro bruto		<b>29.363</b>	20.821
Despesas gerais e administrativas	18	<b>(1.101)</b>	(1.010)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		<b>28.262</b>	19.811
Despesas financeiras	19	<b>(33.922)</b>	(55.198)
Receitas financeiras	19	<b>108</b>	3.515
		<b>(33.814)</b>	(51.683)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(5.552)</b>	(31.872)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	20	-	-
Prejuízo do exercício		<b>(5.552)</b>	(31.872)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Termini S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(5.552)</u>	<u>(31.872)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(5.552)</u></u>	<u><u>(31.872)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Termini S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva para contingências</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido (negativo)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000	400	500	(39.340)	(36.440)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(31.872)	(31.872)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.000	400	500	(71.212)	(68.312)
Prejuízo do exercício	-	-	-	<b>(5.552)</b>	<b>(5.552)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<b>2.000</b>	<b>400</b>	<b>500</b>	<b>(76.764)</b>	<b>(73.864)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Termini S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	<b>(5.552)</b>	(31.872)
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	<b>750</b>	754
Provisão para demandas judiciais	<b>(129)</b>	147
Apropriação de juros sobre debentures	<b>36.636</b>	33.992
Apropriação das custas da 1ª emissão de debentures	<b>-</b>	14.021
	<b>31.705</b>	17.042
Decréscimo/(acrécimo) em ativos:		
Tributos a recuperar	<b>1.317</b>	(95)
Depósitos judiciais	<b>-</b>	(22)
(Decréscimo)/acrécimo em passivos:		
Fornecedores	<b>(2.007)</b>	4.578
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>-</b>	8
Impostos, taxas e contribuições a recolher	<b>(47)</b>	3.370
Impostos pagos no exercício	<b>-</b>	(1.075)
Outras contas a pagar	<b>357</b>	-
Juros pagos	<b>(21.665)</b>	(33.671)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<b>9.660</b>	(9.865)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgates de títulos e valores mobiliários	<b>22.857</b>	6.638
Rendimentos	<b>(45)</b>	(1.959)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<b>22.812</b>	4.679
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liberações de recursos de financiamento	<b>23.000</b>	187.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<b>-</b>	(184.940)
Custos de transação das novas captações	<b>(4.000)</b>	(4.552)
Partes relacionadas	<b>(44.627)</b>	4.421
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	<b>(25.627)</b>	1.929
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<b>6.845</b>	(3.257)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>787</b>	4.044
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>7.632</b>	787
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<b>6.845</b>	(3.257)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Companhia tem por objetivo social a exploração comercial, administração, planejamento, implantação, gerenciamento, fiscalização, promoção de construção e edificação e intermediação, seja com pessoal próprio ou mediante a contratação de terceiros de:

- (a) Estacionamentos de veículos e suas áreas comerciais abrangendo serviços de operação, arrecadação, exploração comercial e de espaços para publicidade, conservação, manutenção, limpeza, segurança e jardinagem;
- (b) Áreas comerciais de terminais de passageiros em todos os seus modais (aeroportos, estações de trem, metrô e correlatos, portos, rodoviários), centros de comércio, shopping center e correlatos;
- (c) Espaços destinados a comercialização de publicidade, promoção, eventos e atividades correlatas para anunciantes e patrocinadores;
- (d) Terminais de passageiros incluindo a operação, promoção de construção, remodelação e revitalização de terminais de passageiros em todos os seus modais e suas áreas de apoio, operação e comerciais;
- (e) Manutenção predial e de equipamentos, preventiva e corretiva nas áreas de engenharia civil, hidráulica, mecânica, elétrica, eletrônica, telefônica e informática.

A Companhia integra o Consórcio Prima formado pela Socicam Administração, Projetos e Representações S/A. (“Socicam”) e pela Termini S.A., cujo propósito atual é a exploração incluindo a modernização e reforma das áreas existentes bem como a manutenção, conservação e administração dos Terminais Rodoviários do Município de São Paulo nos termos dos contratos celebrados com a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô (“Metrô”) e vigentes.

O Consórcio Prima detém os seguintes contratos firmados com o Metro:

- (i) Contrato de Arrendamento nº 0151980001 relativo ao Terminal Tietê;
- (ii) Contrato de Arrendamento nº 0151980003 relativo ao Terminal Jabaquara;
- (iii) Contrato de Comodato nº 0051321101 relativo ao Terminal Barra Funda cujos prazos de vencimento são os seguintes:

Terminal rodoviário	Datas de vencimento	
	Contrato inicial	Aditivo contratual
Jabaquara (arrendamento)	14 de março de 2010	21 de janeiro de 2050
Tietê (arrendamento)	21 de janeiro de 2010	21 de janeiro de 2050
Barra Funda (comodato)	14 de setembro de 2026	-

## **Termini S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

Em 27 de setembro de 2021, foi firmado o Instrumento de Venda e Compra de Ações entre a Socicam e os acionistas da Companhia no qual a empresa Socicam Administração, Projetos e Representações S/A. adquiriu de forma direta e indiretamente 100% das ações da Termini S.A. passando a deter o controle acionário de forma majoritária da Companhia.

Desta forma, a Socicam assume de forma integral e exclusiva as operações dos terminais Tietê, Jabaquara e Barra Funda. No decorrer do exercício de 2022, as atividades operacionais, que até o exercício de 2021 eram executadas pela Companhia, passaram a ser realizadas pela sua controladora Socicam Administração, Projetos e Representações S/A ("SAP"). Desta forma, as receitas decorrentes da locação de áreas e tarifas de embarque, estacionamento, entre outras, passaram a ser faturadas diretamente pela Socicam.

No exercício de 2023, a Administração da SAP, controladora da Companhia, modificou a estratégia operacional e financeira, sendo assim, a Companhia voltou a faturar as tarifas de embarque.

A conclusão e emissão dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Diretoria e Acionistas em 22 de abril de 2026.

#### **1.1. Continuidade operacional**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$5.552 (R\$31.872 em 2024) e apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$73.864 (R\$68.312 em 2024). Para honrar os compromissos assumidos a Companhia conta com aportes dos acionistas controladores que garantem sua estabilidade financeira.

A Termini é uma empresa com 100% de participação dentro do grupo econômico, sendo responsável por uma participação no Consórcio Prima (Tietê, Jabaquara e Barra Funda). Por questões estratégicas tributárias, os faturamentos são reconhecidos pelas consorciadas Socicam ("SAP") e Termini, de modo a proporcionar um benefício econômico para o grupo, por esse motivo o EBITDA de 2025 da Termini foi de R\$29.013 (R\$20.565 em 2024).

A nova emissão de debêntures, tem vencimento previsto para dezembro de 2029 e envolverá transações com partes relacionadas para a liquidação da operação. Vale destacar que essas transações ocorrem devido ao fato das empresas SAP e Termini (consorciadas) que integram o mesmo grupo econômico.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional").

## 3. Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

### a) Instrumentos financeiros

#### i) *Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, da Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

##### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

##### *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

##### *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

##### *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

###### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

###### Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

##### ii) *Passivos financeiros*

###### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

###### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) *Passivos financeiros*--Continuação

##### Mensuração subsequente--Continuação

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

##### *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

##### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

*Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

*Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

*Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente “AVP” de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Caixas e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao valor justo por meio do resultado”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

f) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadoria no decurso normal das atividades da Companhia, sendo classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### f) Contas a receber--Continuação

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente deduzidas de provisão para perdas de crédito esperadas, uma provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será receber.

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou recuperação judicial e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis

#### g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de ativo imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração de resultado no exercício que o ativo foi baixado.

#### h) Intangível

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado, uma vez que o contrato de concessão não transfere a Empresa o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Suas controladas têm acesso para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### h) Intangível--Continuação

Melhorias e ampliações durante a concessão são reconhecidas como intangível pelo valor justo e serão entregues ao poder concedente conforme regulamenta o contrato de cada concessão, em contrapartida do ativo intangível é representado pelo direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelas controladas.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos ou o prazo final da concessão o que ocorrer primeiro.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão o que ocorrer primeiro.

As licenças de softwares adquiridas foram capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

#### i) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

São classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

#### j) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### j) Empréstimos e financiamentos--Continuação

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a Empresa e suas controladas e controladas em conjunto tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

#### k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando há uma série de obrigações similares a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

#### l) Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

m) Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

n) Benefícios a empregados e dirigentes

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Empresa incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário).

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Empresa tem uma obrigação com base em regime de competência à medida que são incorridos.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre saldos bancários e recebidos nos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com descontos concedidos a clientes, juros sobre empréstimos inclusive cessão de recebíveis imobiliários e despesas bancárias.

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

<u>Data efetiva</u>	<u>Novas normas ou alterações</u>
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Empresa está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

<b>Data efetiva</b>	<b>Normas emitidas, mas não vigentes</b>
1º de janeiro de 2027	<p>IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:</p> <p>Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.</p> <p>No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.</p>
1º de janeiro de 2027	<p>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:</p> <p>Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p>
1º de janeiro de 2026	<p>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:</p> <p>Em maio de 2024, o <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – <i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments</i> (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p>

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### q) Normas emitidas, mas não vigentes--Continuação

<u>Data efetiva</u>	<u>Normas emitidas, mas não vigentes</u>
1º de janeiro de 2026	<p>Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:</p> <p>Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).</p> <p>Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.</p> <p>As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.</p>
1º de janeiro de 2026	<p>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais</p> <p>Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.</li><li>• Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.</li><li>• Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.</li></ul> <p>As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.</p> <p>Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p>

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Administração da Companhia estabelece estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

#### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Até 31 de dezembro de 2025 não havia nenhum passivo não registrado na Companhia.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	3	3
Aplicação financeira (a)	80	1
Numerários em trânsito	7.549	782
	<u>7.632</u>	<u>787</u>

(a) A Companhia possui aplicações financeiras as quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI; a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e periodicamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos - conta centralizadora	-	2.411
Fundo de investimento em renda fixa - Trust DI	-	7.105
Fundo de investimento em renda fixa - Itaú Top DI FIC FI	-	13.296
	<u>-</u>	<u>22.812</u>

Valores mantidos em conta vinculada e aplicações em fundo de investimento em renda fixa, vinculadas à operação de debêntures. Em função da liquidação da Debênture anterior, procedeu-se ao resgate dos saldos vinculados a essa operação, resultando na baixa dos valores correspondentes.

### 7. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a compensar - Antecipação 2024	-	801
CSLL a compensar - Antecipação 2024	-	274
IRRF s/aplicações financeiras	<b>98</b>	340
	<u><b>98</b></u>	<u>1.415</u>

### 8. Partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Repasso - Consórcio Prima (a)	<b>12.935</b>	7.574
Socicam Administração, Proj. e Repr. S/A (b)	<b>130.192</b>	90.926
	<u><b>143.127</b></u>	<u>98.500</u>
Circulante	<b>12.935</b>	7.574
Não circulante	<b>130.192</b>	90.926

(a) Representam operações de repasse com o Consórcio Prima sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros.

(b) Representam operações de crédito em conta corrente com os acionistas sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização	31/12/2023	Adições	31/12/2024	Adições	31/12/2025
<b>Custos</b>						
Benfeitoria em propriedades de terceiros (a)	7	10.563	-	10.563	-	<b>10.563</b>
Software	10	174	-	174	-	<b>174</b>
<b>Total custos</b>		<b>10.737</b>	<b>-</b>	<b>10.737</b>	<b>-</b>	<b>10.737</b>
<b>Amortização</b>						
Benfeitoria em propriedade de terceiros		(6.089)	(746)	(6.835)	(746)	(7.581)
Software		(170)	(1)	(171)	(1)	(172)
<b>Total amortização</b>		<b>(6.259)</b>	<b>(747)</b>	<b>(7.006)</b>	<b>(747)</b>	<b>(7.753)</b>
<b>Total líquido</b>		<b>4.478</b>	<b>(747)</b>	<b>3.731</b>	<b>(747)</b>	<b>2.984</b>

(a) A amortização dos ativos intangíveis é registrada conforme interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e são amortizados pelo método linear. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2024 e 2025 é de 7%.

### 10. Debêntures

Os saldos de debêntures são representados por:

	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
2ª Emissão de Debêntures	13/12/2029	11,4% + IPCA	<b>221.002</b>	187.583
(-) Custos de transação			<b>(4.000)</b>	(4.552)
			<b>217.002</b>	183.031
Circulante			<b>943</b>	-
Não circulante			<b>216.059</b>	183.031

#### 2ª Emissão de Debentures simples

Em 18 de dezembro de 2024 a Companhia fez a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a serem convoladas em debêntures da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em duas séries, sob a forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), sendo R\$161.000 da Primeira Série e R\$49.000 da Segunda Série, totalizando o montante total de R\$210.000. Sendo a Primeira Série integralizada em sua totalidade no exercício de 2024 e a Segunda Série integralizada em R\$26.000 no exercício de 2024 e o restante integralizado no exercício de 2025 em R\$23.000.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Debêntures--Continuação

#### 2ª Emissão de Debentures simples--Continuação

A amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada mensalmente, com carência de 24 (vinte e quatro) meses após a data de emissão.

A Companhia por sua vez, na qualidade de emissora das Debêntures Privadas, destinou os recursos líquidos obtidos com a 2ª emissão das debêntures da seguinte forma: (i) pré-liquidação da 1ª emissão de debêntures e; (ii) o excedente será destinado ao capital de giro da Companhia.

#### Movimentação das debêntures

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>183.031</b>	185.202
(+) Novos contratos	<b>23.000</b>	187.000
(-) Liquidação da 1ª emissão de debentures	-	(184.940)
(+) Apropriação de juros das debentures	<b>36.636</b>	33.992
(-) Custos de transação das novas captações	<b>(4.000)</b>	(4.552)
(-) Juros pagos	<b>(21.665)</b>	(33.671)
<b>Saldo final</b>	<b>217.002</b>	183.031

#### Cronograma dos vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2025:

	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>Total</u>
Não Circulante	<b>70.037</b>	<b>70.621</b>	<b>75.401</b>	<b>216.059</b>
	<b>70.037</b>	<b>70.621</b>	<b>75.401</b>	<b>216.059</b>

#### Garantias

A 2ª Emissão de debêntures possui as seguintes garantias:

- (a) **Garantia Real:** A cessão fiduciária, outorgada pelo Consórcio Prima, em caráter irrevogável e irretratável, em favor da Securitizadora, sobre todos e quaisquer direitos creditórios, atuais e futuros, direitos a receitas, reivindicações, indenizações e recebíveis de titularidade do Consórcio Prima, devidos pelos operadores de ônibus e oriundos das tarifas de embarque detidas pelo Consórcio Prima, por meio dos terminais rodoviários do Tietê, Jabaquara e Barra Funda;
- (b) **Garantia fidejussória:** A fiança dos acionistas e sócios controladores.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Debêntures--Continuação

#### Cláusulas restritivas (covenants) – 2ª emissão de debentures:

Pela FMFS, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 até a Data de Vencimento das Debêntures, dos seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros"), calculados anualmente de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras da FMFS auditadas e apresentadas ao Agente Fiduciário no prazo de 120 (cento e vinte dias contados da data de término de cada exercício social). Os índices Financeiros aqui mencionados serão calculados pela Emissora e/ou pela FMFS levando-se em conta os resultados consolidados auditados da FMFS, e verificados pelo Agente Fiduciário das Debêntures Públicas, com base nas informações enviadas pela Emissora e/ou pela FMFS ao Agente Fiduciário das Debêntures Públicas, juntamente com os demonstrativos financeiros, que devem incluir a memória de cálculo, elaborada pela Emissora e/ou pela FMFS, com as contas abertas, explicitando as rubricas necessárias para apuração dos referidos índices financeiros ("Memória de Cálculo").

Debentures	Descrição do covenant	Índice calculado 31/12/2025
2ª Emissão de Debêntures	Razão entre a Dívida Líquida e EBITDA da FMFS em valor igual ou inferior a 4 (quatro inteiros) durante o prazo de vigência das Debêntures, sendo certo que não serão consideradas no cálculo acima, as dívidas da FMFS cuja destinação dos recursos seja exclusivamente a aquisição de participações societárias em SPEs para exploração e desenvolvimento de concessões de infraestrutura, desde que gerem resultado operacional positivo e caixa operacional.	2,80

A Companhia calculou os índices dos *Covenants* consolidados da Controladora, FMFS - Participações e Empreendimentos Ltda. ("FMFS"), utilizando números auditados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que os índices foram atingidos e cumpridos. Adicionalmente não são esperados desvios significativos nos valores usados no cálculo dos *Covenants* da FMFS.

### 11. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar fornecedores	2.581	4.588
	<u>2.581</u>	<u>4.588</u>

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados a pagar	11	11
INSS a recolher	5	5
FGTS a recolher	2	2
IRRF a recolher	6	9
Provisão de férias	21	21
Encargo de férias	7	7
Outros	3	-
	<b>55</b>	<b>55</b>

### 13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Pis e Cofins	759	716
Imposto sobre serviço	410	-
Parcelamento de impostos federais	4.524	5.018
Parcelamento de impostos municipais	2.042	2.048
	<b>7.735</b>	<b>7.782</b>
Circulante	3.089	2.642
Não circulante	4.646	5.140

A abertura dos impostos, taxas e contribuições a recolher por vencimento pode ser assim demonstrada:

	2026	2027	2028	2029	Total
Não Circulante	1.533	1.301	1.069	743	4.646
	<b>1.533</b>	<b>1.301</b>	<b>1.069</b>	<b>743</b>	<b>4.646</b>

### 14. Provisões para demandas judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	18	147
	<b>18</b>	<b>147</b>

As ações em curso em 31 de dezembro de 2025 que possuem o risco de perda classificado como possível totalizam R\$2.489 (R\$4.965 em 2024). Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 2025 e 2024 é de R\$2.000 está representado por 2.000.000 ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$1 (valor expresso em Reais - R\$) cada assim distribuído:

Sócios	2025 e 2024	
	Ações	Participação
Enege Participações S.A.	1.124.000	56,2%
Socicam Administração, Projetos e Representações. S.A.	876.000	43,8%
	<b>2.000.000</b>	<b>100%</b>

b) Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no Art. 193 da Lei nº 6.404/76, sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

c) Reserva para contingências

Os acionistas decidiram instituir um Fundo de Reserva para Contingências destinado a reparar perdas relacionadas a eventuais passivos financeiros, ocultos ou não que venham a prejudicar a Companhia.

d) Distribuição de dividendos

O valor mínimo dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas ao final de cada exercício social terá como base o valor igual a 85% do saldo do lucro líquido, após todas as deduções legais e obrigações decorrentes de reservas legais e obrigações previstas em lei nos termos do Acordo de Sócios da Companhia e do Estatuto.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não foram realizadas distribuições de lucros.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Receita líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita da operação	<b>34.736</b>	25.169
Receita bruta	<b>34.736</b>	25.169
COFINS (7,60%)	<b>(2.621)</b>	(1.918)
PIS (1,65%)	<b>(573)</b>	(416)
ISS (2% a 5%)	<b>(1.737)</b>	(1.258)
Deduções da receita bruta	<b>(4.931)</b>	(3.592)
<b>Receita líquida</b>	<b>29.805</b>	21.577

### 17. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	<b>(385)</b>	(340)
Serviços de terceiros (i)	<b>(38)</b>	(118)
Outros custos (ii)	<b>(19)</b>	(298)
	<b>(442)</b>	(756)

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção, consumo de água/energia elétrica e serviço de manutenção.

(ii) Outros custos são compostos por impostos sobre receita financeira, contribuições sindicais, impostos prediais entre outros impostos.

### 18. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciações e amortizações	<b>(750)</b>	(754)
Provisão/reversão para demandas judiciais	<b>129</b>	(147)
Recuperação de despesas	<b>1</b>	3
Outras despesas operacionais	<b>(481)</b>	(112)
	<b>(1.101)</b>	(1.010)

(i) Outras despesas referem-se despesa com consultoria, anúncio e publicidade e outros impostos.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de aplicação financeira	45	1.959
Variações monetárias ativas	63	1.556
Receitas financeiras	<u>108</u>	<u>3.515</u>
Despesas bancárias	(20)	(127)
Juros pagos	(21.665)	(33.676)
Juros tributários	(622)	(362)
Multas	(449)	(183)
Variações monetárias passivas	(9.613)	(2.059)
Outras despesas financeiras	(1.553)	(18.791)
Despesas financeiras	<u>(33.922)</u>	<u>(55.198)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(33.814)</u>	<u>(51.683)</u>

### 20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(5.552)	(31.872)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíq. vigentes	<u>1.888</u>	<u>10.836</u>
Prejuízo fiscal e base negativa à alíquota fiscal vigente - não reconhecido	<u>(1.888)</u>	<u>(10.836)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente e diferido	-	-
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar (IRPJ e CSLL) no montante de R\$70.184 (R\$64.508 em 2024) registrando-os apenas quando existe perspectiva de realização de resultados tributáveis futuros.

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### 21.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

#### 21.1. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

#### 21.2. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros, cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da Administração.

	Saldo contábil		Valor justo		Nível hierárquico do valor justo
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado</b>					
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	<b>7.632</b>	787	<b>7.632</b>	787	2
<b>Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado</b>					
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	-	22.812	-	22.812	-
Debêntures (nota 10)	<b>217.002</b>	183.031	<b>217.002</b>	183.031	-
Fornecedores (nota 11)	<b>2.581</b>	4.588	<b>2.581</b>	4.588	-

## Termini S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### 21.2. Valor de mercado dos instrumentos financeiros--Continuação

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

### 22. Seguros e garantias

Seguradora	Modalidade	Vigência da apólice	Valor cobertura
Chubb Seguros Brasil AS	Respons. Civil - D&O	04/2025 a 04/2026	20.000
			<b>20.000</b>

### 23. Eventos subsequentes

Em março de 2026, foi prorrogada a vigência contratual do terminal Barra Funda, com data de encerramento alterada de 13 de setembro de 2026 para 21 de janeiro de 2050.

## **Termini S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Membros da Administração**

Marcílio Carlos Bovolini  
Diretor Vice-Presidente

Rodrigo Fernandes Toledo  
Diretor Financeiro

Eduardo Buzam Júnior  
Contador  
CRC-1SP243887/O-3